

RESENHA DE “GOVERNING IN THE SHADOWS: ANGOLA’S SECURITISED STATE”, DE PAULA CRISTINA ROQUE¹

Gilson Lázaro²



“*Governing in the Shadows: Angola’s Securitised State*”³ é um livro publicado em língua inglesa pela editora Hurst & Company, em Londres, de autoria de Paula Cristina Roque. Paula Roque é pesquisadora independente luso-angolana, que atua no grupo de crise do Instituto de Estudos de Segurança da África Austral, com sede na África do Sul. Em “*Governing in the Shadows*” (Governando nas sombras⁴ - Estado Securitário de Angola, em português) Paula Roque aprofunda e condensa o trabalho que tem desenvolvido como pesquisadora de segurança e de relações internacionais, construindo o seu *corpus* com base na interação estabelecida com fontes principais pertencentes ao aparelho de segurança: oficiais de inteligência e militares. O livro sugere que o aparelho securitário de Angola é a base da estrutura de manutenção do poder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido que governa o país durante quase cinco décadas.

No essencial, o argumento de Paula Roque é de que o aparelho de segurança da República de Angola detém o poder real dos destinos do país

¹ Roque, Paula Cristina. 2021. *Governing in the Shadows: Angola’s Securitised State*. London: Hurst & Company.

² Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto. Luanda, Angola. E-mail: gilson.lazaro@uan.ao. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2459-3157>.

³ O livro possuiu na contracapa comentários de alguns acadêmicos: Tom Burgis, Tony Hodges, António Tomás, Jocelyn Alexander e Jakkie Cilliers.

⁴ No léxico político angolano, a palavra “governo sombra” foi durante muito tempo usada pelo partido UNITA. Jonas Savimbi foi quem inseriu este termo no léxico angolano. Atualmente, a UNITA mantém uma estrutura administrativa designada “governo sombra”.

associado às outras esferas internas e partidárias. A casa de segurança da Presidência da República controla os setores de defesa, segurança e de inteligência, tendo sob a sua alçada ilimitados recursos financeiros, tais como o empréstimo feito pela China a Angola. Ou seja, o controle do poder é fundamentalmente exercido por meio da capacidade de distribuição de benefícios econômicos e sociais para outros setores internos (Unidade de Guarda Presidencial, serviços de inteligência interna, externa, militar e paramilitar) e externos (políticos, jornalistas, juizes, diplomatas, associações profissionais e sociedade civil).

A imagem de capa do livro retrata um policial angolano no interior do Estádio dos Coqueiros, em Luanda, em frente a uma multidão que aguardava a chegada do Papa Bento XV, que visitou Angola no dia 21 de março de 2009. No que tange à estrutura, *“Governing in the Shadows”* é um livro dividido em seis capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado *“The component parts”*, traça um quadro em que a autora apresenta a composição das partes do sistema securitário angolano. No essencial, o capítulo retrata a forma a partir do qual o aparelho de segurança angolano foi constituído. Paula Roque anuncia logo no início que o foco da abordagem é o aparelho de segurança em si, e não o MPLA, partido que suporta o governo desde 1975, nem o antigo presidente José Eduardo dos Santos. O capítulo fala do MPLA, da presidência da república, e dos outros, as outras partes do aparelho com envolvimento de vários setores da sociedade angolana. Na narração sobre as partes que comportam o aparelho securitário, a autora discorre sobre as transformações de Angola durante os 45 anos, como as lutas internas e os atores sociais nelas envolvidos: o MPLA, a morte de Savimbi e a afirmação de Isaiás Samakuva à frente da UNITA, o surgimento da Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral que reuniu dissidentes da UNITA, do MPLA, do Partido de Renovação Social (PRS) e de outros pequenos partidos ancorados nas figuras de Abel Chivukuvuku e de André de Mendes Carvalho ‘Miau’, concorrentes nas eleições de 2012. O capítulo retrata também o posicionamento dos partidos políticos históricos no campo da disputa política, a posição das igrejas e o papel dos meios de comunicação social, entre públicos e privados, na manutenção do sistema, como lhe chamou Jon Schubert (2017) no seu livro intitulado *“Working the System: A Political Ethnography of the New Angola”*.

O segundo capítulo intitulado *“A strategy of securitised hegemony: out-manoeuvring the Enemy”*, trata da apresentação das circunstâncias históricas do país entre as décadas de 1990 e 2000, período do qual o aparelho secu-

ritário se consolidou. O capítulo aborda também os períodos os períodos mais hisis e estrangeiras de países do capitalismo central). O capítulo aborda também os períodos mais incertos da história do conflito armado angolano, discorrendo sobre os acordos políticos e militares (Bicesse em 1991 e Lusaka em 1994) entre o governo e a UNITA e os atores internos e externos envolvidos – a *Troika* de Observadores (ONU, Rússia, Portugal e EUA). No essencial, o capítulo fala de como a guerra e a vitória no campo militar a favor do MPLA constituíram fatores fundamentais para a consolidação do aparelho de segurança angolano. Para isso, contribuíram tanto atores internos (as formações das FAA, a integração nos órgãos de defesa e segurança de altos oficiais da UNITA e a morte de Jonas Savimbi) e externos (a disposição de recursos minerais; as oportunidades de negócios com empresas nacionais e estrangeiras de países do capitalismo central).

O terceiro capítulo intitulado “*The shadows government: guarding the guardians*” aborda as estruturas que constituem o aparato de segurança, como lhe chamou Paula Roque. Neste capítulo, a autora desenvolve o seu argumento descrevendo como o ‘governo sombra’ foi efetivamente criado no período que correspondeu com o fim da guerra civil angolana em 2002, no qual o presidente José Eduardo dos Santos, com o poder paternal, acolheu os insurgentes e organizou em torno da presidência dois setores fundamentais: a casa militar – também designada de segurança – e a casa civil. Ademais, duas estruturas que na visão da autora funcionam em paralelo e fora dos mecanismos de controle formais: parlamento, tribunais, conselho de ministros e sociedade em geral. Ainda neste capítulo, Paula Roque narra como a Constituição aprovada em 2010 reforçou os poderes do presidente da república e, consequentemente, das duas estruturas paralelas que garantem a reprodução do poder governando nas sombras. São, no fundo, por onde passam as negociações do poder real angolano, na acepção da autora.

O quarto capítulo intitulado “*The Angolan Armed Forces: a strained national pillar*” retrata a longa trajetória da constituição das forças armadas angolanas, sobretudo durante as duas décadas de paz militar. O capítulo aborda também as linhas de comando das Forças Armadas, a sua composição interna e a atuação no plano de defesa do território nacional, assim como as relações de poder que mantém com os aliados militares de Angola. Neste capítulo, Paula Roque procura destacar as missões que as Forças Armadas angolanas assumiram, sobretudo nos conflitos da região dos Grandes Lagos, particularmente da República Democrática do Congo. O capítulo trata da passagem do atual presidente da república enquanto ministro da defesa de José Eduardo dos Santos. O capítulo realça também o papel que as Forças Armadas desempenharam na gestão dos recursos naturais, sobretudo no con-

trole das zonas mineiras e o benefício econômico que altos oficiais superiores acumularam em termos de riqueza. Ou seja, a estrutura militar é um pilar do aparelho de governança de Angola e que também é parte dos benefícios.

O quinto e penúltimo capítulo, intitulado “*Changing the guard: João Lourenço’s Presidency*”, aborda fundamentalmente as mudanças ocorridas na estrutura do aparelho de segurança de Angola com a sucessão de José Eduardo dos Santos pelo atual presidente, João Lourenço. O capítulo narra, no essencial, o antes e o depois de setembro de 2017, altura em que João Lourenço substituiu Eduardo dos Santos, e as mudanças que efetuou junto dos órgãos de defesa e de segurança, assim como a recuperação de figuras do setor de inteligência que haviam sido desprestigiadas. Trata-se de Fernando Garcia Miala e outros no interior do aparelho securitário. O capítulo aborda também a mudança operada junto da unidade de guarda presidencial, nas Forças Armadas angolanas e na Polícia Nacional, onde Lourenço procurou afastar todos aqueles que mantinham relações de lealdade com José Eduardo dos Santos enquanto condição para a sua manutenção no poder.

O sexto e último capítulo, intitulado “*The times of monsters: Angola’s response to Covid-19*”, aborda a maneira como as autoridades angolanas lidam com a pandemia da COVID-19 e as medidas adotadas para fazer face à sua propagação. O capítulo trata também das pressões que a presidência de João Lourenço experimentou durante este período pandêmico, com escândalo no interior da casa de segurança, que levou a medidas e afastamento de figuras próximas ao presidente, assim como as pressões vinda da sociedade por meio de manifestações de protestos nas ruas, a atitude do presidente em relação ao combate contra a corrupção, defendido como bandeira principal de seu governo. Se tratando do capítulo mais curto do livro, Paula Roque apresenta um ponto de situação do governo de João Lourenço e os efeitos das mudanças operadas por ele no interior do aparelho securitário.

A nossa leitura crítica de “*Governing in the Shadows*” sugere quatro pontos com base na abordagem da sociologia do campo político angolano, assim como apoiado no conceito “história por analogia” de Mahmood Mamdani (1996) no seu livro “*Citizen and Subject. Contemporary Africa and the legacy Colonialism*”. A história por analogia consiste em fazer depender a análise e explicação do Estado securitário angolano a partir da comparação que se estabelece com a realidade histórica da Rússia. Apoiado igualmente na perspectiva de Carlos Cardoso, Elísio Macamo e Nelson Pestana (2002) no seu texto intitulado “Da possibilidade do político na África lusófona: alguns subsídios teóricos”, entendemos o campo político angolano como um processo em constituição, correspondendo a percepções específicas do político.

O primeiro ponto crítico é a tentativa de entender o universo do *corpus* empírico a partir do qual Paula Roque elabora a sua abordagem para teorizar a volta do aparelho de segurança angolano. Há um corpo de entrevistas que se pode observar repartidas entre os seis capítulos do livro que permitem acompanhar as fontes de informação da autora. Estas entrevistas são variáveis em termos de perfis sociodemográficos dos entrevistados e do ano de realização. No complo geral, Paula Roque apresenta um livro com cerca de quatro dezenas de entrevistas que variam de 2004 a 2020. A maior parte delas realizadas em 2004, 2015 e 2019. No primeiro grupo, trata-se de entrevistas de ex-combatentes da UNITA realizadas na cidade do Huambo, no período imediatamente a seguir ao fim da guerra civil entre as Forças Armadas angolanas (FAA) e as forças residuais da UNITA. No segundo grupo, constata-se entrevistas realizadas com ex-oficiais dos serviços de inteligência militar, alguns pertencentes à UNITA, civis, jornalistas e políticos da oposição angolana. No terceiro grupo, tratam-se de entrevistas com oficiais de inteligência entre as cidades de Luanda, Angola e de Lisboa, em Portugal. Há, ainda, registo de depoimentos também designados por testemunhos que se sugere terem sido realizados em 1998, 2004 e 2019. Repassam entrevistas realizadas nos intervalos de 2008, 2012, 2014 e 2020, este último é o ano da vigência da pandemia da Covid-19.

O segundo ponto crítico tem a ver com as ambiguidades do *corpus* empírico de “*Governing in the Shadows*”. Paula Roque codifica o perfil dos seus entrevistados de maneira geral, embora deixa transparecer características de poucos entrevistados, a exemplo do antigo presidente da UNITA, Isaias Samakuva. Ou seja, a forma como são apresentados os entrevistados pode ser um dado relevante para conferir plausibilidade às informações recolhidas, mas ao mesmo tempo dificulta a compreensão do seu universo empírico. Não obstante, se tratar de uma matéria sensível, os perfis sociodemográficos dos entrevistados de Paula Roque têm um potencial de provocar distorções interpretativas quanto ao *corpus* empírico.

O terceiro ponto crítico é de ordem argumentativa e diz respeito ao uso da analogia entre o aparelho securitário de Angola e da Rússia. “*Governing in the Shadows*” sugere uma supervalorização dada aos aparelhos de segurança de países como Cuba, Rússia e China que mantém relações relevantes com Angola, e pelo fato desses países, sobretudo os dois primeiros, terem um papel crucial na formação, auxílio técnico e de equipamentos militares a Angola durante as quatro décadas. Ou seja, o fato dos serviços secretos da Rússia terem desempenhado um papel crucial para manutenção do poder naquele país, governando na sombra, haja por essa via analogia com Angola por causa da influência e das características observáveis na relação entre o

poder político e os serviços de defesa e de segurança. O temor que se manifesta em relação aos serviços secretos da Rússia é por extensão o mesmo manifestado em relação ao aparelho de inteligência angolano. Eles são apresentados como sendo onipresentes e oniscientes. A sua eficiência resulta da maneira como atuam na sociedade e do grau de secretismo que produzem.

A história por analogia consiste na importação do modelo russo para efeito de análise dos meandros do aparelho securitário angolano, que terá desempenhado papel relevante para a manutenção de José Eduardo dos Santos durante os 38 anos de poder. Ocorre que pelo menos metade desse percurso se deu em tempo de guerra. A guerra, aqui, tem o potencial de pesar como variável de análise na manutenção do poder político nas mãos do Eduardo dos Santos, como resultado de uma combinação de fatores políticos, militares e da disposição de recursos. Ou seja, há que levar em conta a economia política do poder. Uma análise centrada unicamente na atuação que os serviços de inteligência angolano exercem para a manutenção do poder político pode correr o risco de ignorar variáveis igualmente relevantes. A manutenção do poder nas mãos de José Eduardo dos Santos contou com a serventia de mais forças do que apenas os serviços de inteligência interna e externa, para além de que, em certa medida, do contexto político e econômico doméstico, regional e internacional que lhe foi favorável.

O quarto ponto crítico diz respeito ao fato do livro dar mais destaque às estruturas militares – a exemplo de Hélder Vieira Dias e José Maria – em detrimento das civis, e de ter passado ao lado do papel exercido pelos chamados *futunguistas*⁵ na edificação do aparelho securitário angolano durante toda a década dos anos de 1990 do século passado.

“Governing in the Shadows: Angola’s Securitised State” tem o mérito de apresentar uma contribuição teórica para as ciências sociais, os estudos africanos e de segurança, quando tenta explicar os meandros do aparelho de defesa e segurança angolano. Mais do que confirmar o poder onipresente do aparelho de segurança, o livro de Paula Roque proporciona uma oportunidade para se pensar formas de escrutínio da ação deste órgão junto da sociedade angolana.

5 São altos-funcionários civis do aparelho político angolano (presidência) que atuavam nos círculos mais restritos de José Eduardo dos Santos. Alguns desses viriam a dirigir setores estratégicos do governo mais tarde.

REFERÊNCIAS

- Cardoso, Carlos, Elísio Macamo e Nelson Pestana. 2002. “Da possibilidade do político na África lusófona. Alguns subsídios teóricos”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 3, 9-25.
- Mamdani, Mahmood. 1996. *Citizen and Subject – Contemporary Africa and the Legacy of the late colonialism*. Princeton University Press.
- Roque, Paula Cristina. 2021. *Governing in the Shadows: Angola’s Securitised State*. London: Hurst & Company.
- Schubert, Jon. 2017. *Working the System: A Political Ethnography of the New Angola*. Cornell University Press.

Recebido em 10 de março de 2024

Aceito em 27 de junho de 2024⁶

6 Como citar: Lázaro, Gilson. 2024. “Resenha de “*Governing in the shadows: Angola’s Securitised State*”, de Paula Cristina Roque”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 178-184. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.139055>.